

As marcas da violência doméstica e a identificação por professores do ensino fundamental

The identification of domestic violence by elementary school teachers

Marilena Ristum¹



Resumo: Objetivou-se investigar se e como professores identificam a violência doméstica (VD) sofrida por seus alunos, bem como caracterizar os casos identificados em termos das modalidades de VD, dos agressores e dos alunos vitimados. Participaram 190 professores do ensino fundamental de escolas públicas. Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário semi-estruturado. Dados referentes aos casos relatados foram quantificados em porcentagens e os indicadores da VD foram categorizados com base nos conteúdos das respostas apresentadas. Dos participantes, 72 identificaram 119 casos de VD, com predomínio de alunos entre 6-7 anos, negros, do sexo masculino. Os principais agressores foram pai e mãe. Foram identificadas as quatro modalidades de VD descritas na literatura, destacando-se a violência física. Dentre as 26 categorias de indicadores apontados, predominaram: marcas no corpo/ferimentos; agressividade; mudança de comportamento; tristeza e retraimento, em detrimento de sinais mais sutis. Os resultados indicam a ausência de observação acurada e/ou o despreparo dos professores para a identificação de VD.

Palavras-chaves: escola; crianças; professores, indicadores de violência doméstica.

Abstract: Although the sociodemographic profile is a set of characteristics that denote the capacity of changing the proportion of the occurrence of stress in several psychosocial studies, few studies were aimed the theoretical scrutiny of selective impact of age and socioeconomic status on the social distribution of stress. Then, it is necessary to gather important findings and to show relevant topics for future researches. Therefore, this study reviewed the literature that involving the relationship between age, socioeconomic status, and stress, and were characterized the ways of interpretation of its social distribution through the evidences obtained in investigations in this area.

Keywords: school; children; teachers; evidences of domestic violence.

A violência é um fenômeno social presente em todas as culturas ao longo da história. Envolve as relações culturais, políticas e socioeconômicas, que são, por sua vez, historicamente construídas. É um fenômeno que se apresenta como “uma realidade fugidia, complexa e controversa” (Minayo, 1997, p.247). Tal complexidade, afirma Ristum (2001), é reflexo das diversas características da violência, dentre as quais se destacam: a polissemia do conceito, a

¹ Professora Associada da UFBA

controvérsia na delimitação do seu objeto de estudo, a quantidade, variedade e interação de suas causas e a falta de consenso sobre sua natureza.

A dificuldade em se delimitar conceitualmente a violência, de acordo com Emery e Laumann-Billings (1998), deve-se a que a conceituação da violência é dirigida pelo julgamento social e não por padrões sociais imutáveis ou pela ciência empírica. Esta afirmação alinha-se à proposta de Debarbieux (2001) de que definir violência é mostrar como ela é socialmente construída, e isto conduz, necessariamente, a uma abordagem contextual da violência.

Embora a particularização da violência ao âmbito doméstico, que é o foco do presente trabalho, favoreça uma maior delimitação conceitual do fenômeno, ainda assim encontram-se inconsistências e imprecisões evidentes (Azevedo & Guerra, 1989; Brasil, 1993; Ristum & Bastos, 2004; Ristum, 2010).

A definição de Azevedo e Guerra (2006), mesmo tendo um caráter de generalidade, traz, em seu bojo, concepções com as quais partilhamos, especialmente no que se refere à transgressão do poder do adulto e à coisificação da infância e da adolescência. Para as autoras, a violência doméstica se caracteriza por:

“Atos e omissões praticados por pais, parentes ou responsáveis em relação à criança e/ou adolescente que – sendo capaz de causar à vítima dor, ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica – implica de um lado numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento” (p.5).

A família, historicamente postulada como o primeiro ambiente socializador e de cuidado das crianças, “mais recentemente passou a ser considerada como o ambiente da efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à educação” (Delfino, Biazoli-Alves, Sagim & Venturini, 2005). Aos adultos, caberia a tarefa de fazer cumprir esses direitos. Podemos, então, supor que a existência de violência doméstica contra a criança indicaria uma falha nessa tarefa, muitas vezes relacionada à coisificação da infância, como afirmam Azevedo e Guerra (2006), ou à própria concepção de educação crianças.

O estudo de Carmo e Harada (2006) mostra o uso significativo de violência como prática educativa dos pais, especialmente em situações em que há desobediência às ordens pré-determinadas. Até mesmo professores partilham da ideia de legitimidade do uso de violência no disciplinamento dos filhos, como evidenciam os dados da pesquisa de Almeida, Santos e Rossi (2006). Uma das conclusões formuladas na referida pesquisa é a de que:

“a representação social da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, para grande parte dos participantes pesquisados, ainda passa pela consideração do poder da autoridade que dá direito aos pais de educar os filhos como melhor lhe convier” (Almeida & cols., 2006, p. 285).

Assim, por ocorrer no âmbito privado das relações familiares e por estar relacionada a concepções que ainda se mantêm acerca da autoridade parental e da educação de crianças, a violência doméstica é pouco identificada como tal. Mesmo quando identificada, ela pode não ser denunciada por se julgar que a decisão sobre a educação dos filhos é uma prerrogativa dos pais e na qual não se tem o direito de interferir, como se depreende das falas de alguns professores, relatadas no estudo de Almeida e cols. (2006).

Foi a partir da década de 80 que a violência doméstica contra crianças e adolescentes no

Brasil passou a ter mais atenção por parte do Estado e da sociedade civil, como consequência da mobilização do movimento feminista que deu visibilidade à questão da violência contra a mulher (Wesphal, 2002). A partir daí, surgiram propostas que culminaram na inclusão do artigo 227 na Constituição Federal de 1988, reconhecendo, pela primeira vez, a criança como sujeito de direitos, os quais deveriam ser respeitados e assegurados pela família, Estado e sociedade. Em 1990, com a aprovação da lei 8.069 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), esses direitos foram ampliados e criados órgãos específicos para dar suporte à efetivação dos direitos da criança.

Apesar dos avanços na legislação, a realidade é que a violência doméstica continua amplamente praticada. No Brasil, diversos estudos apontam que a violência se constitui a principal causa de morbidade e mortalidade entre crianças e adolescentes, sendo os pais ou responsáveis os principais perpetradores dessa violência (Marques & cols., 1994; Wesphal, 2002; Vagostello, Oliveira, Silva, Donofrio & Moreno, 2003). O estudo de Souza (2009) sobre violência doméstica fatal mostra que, muitas vezes, a morte foi a finalização de uma história de maus tratos, que poderia ter sido evitada caso os indícios tivessem sido percebidos ou considerados com a seriedade que a gravidade do caso requer.

A escola – em especial a escola de ensino fundamental – se constitui enquanto espaço privilegiado de socialização da criança, e, em se tratando de crianças mais novas, talvez o único espaço fora da família. De acordo com Inoue e Ristum (2006) “o fato de o educador compartilhar um período de tempo maior com seus alunos poderia facilitar tanto o desenvolvimento de um melhor vínculo de confiança entre aluno e professor, quanto favorecer a observação de possíveis alterações no comportamento” (p.176).

Atesta-se, assim, o grande potencial da escola para identificar e intervir nos casos de violência doméstica, pois, através da convivência diária com a criança e acesso à família, os professores, muitas vezes, são os primeiros a identificar os indícios físicos, emocionais e comportamentais da violência doméstica; são também, em muitos casos, os primeiros adultos a quem a criança solicita ajuda, relatando os maus tratos sofridos.

No entanto, o desenvolvimento desse potencial da escola em ações efetivas de enfrentamento da violência doméstica ainda está por ocorrer. Estudos recentes mostram a desinformação dos profissionais da escola a respeito da própria violência, a respeito dos danos que ela produz e da legislação que estabelece os deveres da escola (Vagostello & cols., 2003; Brino & Williams, 2003; Almeida & cols., 2006; Ristum & Vasconcelos, 2007). Em um estudo sobre a identificação de violência sexual, Inoue e Ristum (2008) relatam que a participação das escolas foi ínfima. Acrescentam, ainda, que, nos casos em que houve suspeita ou identificação da violência, os indícios eram bastante evidentes, como a presença de sinais no corpo ou o relato das vítimas. Deve-se considerar a dificuldade de identificação desse tipo de violência, e que a percepção de indícios em crianças pequenas, que frequentam creches e pré-escolas, é mais fácil em função dos cuidados pessoais que elas requerem. Já em escolas que atendem crianças maiores e adolescentes, é preciso que os profissionais sejam muito bem informados e que estejam sempre atentos, de maneira que possam perceber indícios mais sutis que as crianças vítimas de violência doméstica apresentam. Os indícios observados pela escola, no trabalho de Inoue e Ristum (2008) foram: relato da vítima, presença de sinais no corpo, falta às aulas, alteração de comportamento e comportamento sexual inadequado. O relato da vítima, como

indício mais frequente, não condiz com o que afirma Williams (2004) sobre a dificuldade que as vítimas de violência sexual têm de relatar a violência. Concorda, entretanto, com os resultados de Vagostello e cols. (2003) que apontam os seguintes indícios, nesta ordem de frequência: 1) relato do aluno; 2) presença de marcas corporais; 3) alteração de comportamento; 4) faltas escolares e 5) relato da família.

Bastos e Alcântara (2004) ressaltam que o professor é frequentemente subutilizado na atenção à violência doméstica. Alguns estudos evidenciam que os professores conseguem identificar os casos de violência entre seus alunos na escola, mas dificilmente recorrem à denúncia. Brino e Williams (2003) sugerem que o não envolvimento dos professores na denúncia de casos de violência doméstica poderia estar relacionado ao desconhecimento em relação ao ECA, ao medo de represálias dos pais ou responsáveis pelas crianças e, ainda, às crenças inadequadas sobre o papel do professor acerca do seu envolvimento nos problemas familiares do aluno, considerados fora do alcance da prática escolar. Desse modo, pode-se afirmar que ainda persiste a crença de que o papel do professor limita-se apenas à transmissão do conteúdo programático aos alunos e que a violência doméstica seria um problema privado que diz respeito apenas à família, não cabendo, aí, o envolvimento do professor.

O Estatuto da Criança e do Adolescente é claro em relação ao papel do profissional que se depara com casos de violência; estabelece, como dever de tais profissionais, a notificação dos casos aos órgãos oficiais de proteção à criança, em especial ao Conselho Tutelar, como consta no art. 13 que postula que “os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade sem prejuízos de outras providências legais” (Brasil, 2005).

Além disso, o Estatuto ainda prevê sanções aos profissionais que deixem de cumprir o seu dever de proteção à criança e notificação dos casos de violência doméstica, como se verifica no art. 245 do ECA.

No entanto, para que se chegue à notificação, tem-se uma importante etapa a ser cumprida: a identificação de que os alunos estão sofrendo violência doméstica. E, para isso, é necessário que os professores, além de estarem sensibilizados para o problema, detenham um conhecimento que os habilite a uma detecção mais qualificada dos casos de violência doméstica. Bastos e Alcântara (2004) ressaltam que “é fundamental ainda que as ações de proteção alcancem uma dimensão intersetorial envolvendo esforços para tornar os professores mais e melhor informados sobre o problema, melhorando, por conseguinte, o diagnóstico e o relato do caso, especialmente em crianças pequenas” (p. 91).

O presente estudo justifica-se, portanto, pela necessidade de conhecer a realidade das escolas no que diz respeito ao uso de indícios que levam a identificação da violência doméstica por parte dos professores. Esse conhecimento poderá embasar trabalhos posteriores que objetivem instrumentalizar esses profissionais a desenvolver seu potencial de identificação e até mesmo de intervenção nos casos de violência doméstica.

Assim, como objetivo geral do presente estudo, pretendeu-se investigar, a partir do relato de professores, as modalidades de violência doméstica que identificam em seus alunos e os indícios que utilizam nessa identificação. Para isso, foram propostos os seguintes objetivos específicos: 1. classificar as diferentes formas de violência doméstica, identificadas na escola, nas modalidades: violência sexual, agressão física, negligência e violência psicológica; 2. descrever as ações

relatadas em cada uma dessas quatro modalidades; 3. caracterizar, pelo relato dos pesquisados, as vítimas da violência doméstica, em termos de idade, sexo, série e cor da pele e 4. descrever e categorizar os indicadores utilizados na identificação ou suspeição da violência doméstica.

Método

As escolas

A pesquisa foi realizada em escolas da rede municipal de ensino de uma grande cidade. A rede é composta por 309 escolas subordinadas a 11 Coordenadorias Regionais de Ensino (CRE) que englobam todos os bairros da cidade. Para este estudo, utilizou-se uma amostra de 10% das escolas de cada Coordenadoria, de forma a contemplar todas as 11 Coordenadorias Regionais, perfazendo um total de 31 escolas. Segundo informações obtidas na Secretaria Municipal de Educação e nas próprias escolas pesquisadas, não havia qualquer programa informativo/formativo ou qualquer orientação institucional a respeito de identificação e de ações referentes à violência doméstica.

Participantes

Embora a pesquisa mais ampla tenha abrangido todas as categorias profissionais da escola, o recorte desse artigo refere-se apenas aos professores, por julgar que esses profissionais são os que têm contato maior e mais direto com os alunos, o que favoreceria a identificação de violência doméstica. Os participantes foram, então, 190 professores, sendo, em cada escola, um de educação infantil (quando havia) e um de cada uma das quatro séries do primeiro segmento do ensino fundamental. A grande maioria era do sexo feminino (N=92%).

Instrumento

Foi utilizado um instrumento auto-aplicável, elaborado de modo a contemplar os objetivos propostos. O instrumento constava de 13 questões que versavam sobre os seguintes temas: identificação ou suspeição de violência doméstica intra e extra familiar, diferentes formas da violência suspeitada/identificada, caracterização das crianças violentadas, caracterização dos agressores, indicadores utilizados na identificação ou suspeição da violência, conhecimentos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e estratégias de ação quando da suspeição ou identificação da violência. Como este artigo é um recorte de um trabalho maior, foram utilizadas aqui apenas as questões que se referem ao relato dos casos de violência doméstica e aos indicadores que levaram à suspeição/identificação.

Procedimentos

Foi solicitado um encontro pessoal com um representante da Secretaria Estadual de Educação, no qual se obteve a autorização para a realização da pesquisa e o compromisso de que cada uma das escolas da amostra seria avisada a respeito da visita do pesquisador. Também foi providenciada uma carta em que se oficializava a autorização e que era apresentada ao diretor/a no contato inicial que a pesquisadora fazia em cada uma das escolas da amostra. Obtida

a anuência da direção, era feito o contato com os professores, no qual se expunham os objetivos e as justificativas da pesquisa e se solicitava sua participação. A aceitação era seguida da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido e da entrega do questionário. Na maioria dos casos, esse contato era feito na sala de professores, durante o recreio dos alunos, ou um pouco antes do início do turno de aulas. Eventualmente, houve a necessidade de deixar a cargo da direção a distribuição dos questionários. Marcava-se então uma data para a devolução dos questionários respondidos.

Resultados e Discussão

Caracterização dos casos identificados

Dos 190 professores pesquisados, 72 (38%) informaram ter suspeitado/ identificado que seus alunos foram vítimas de violência doméstica. O número total de casos relatados pelos professores foi 119. Não houve diferenças significativas entre as CREs no que se refere a número de casos identificados.

Em relação às vítimas dessa violência, 64 (54%) alunos eram do sexo masculino e 44 (37%) do sexo feminino, sendo que em 11 casos relatados não foi informado o sexo. A faixa de idade foi de 4 a 15 anos; tomando por base o ECA, segundo o qual a categoria criança compreende a faixa etária de 0 a 12 anos de idade, temos que a maior parte dos casos relatados referia-se a crianças, com uma maior concentração (27%) nas idades entre 6 e 7 anos. Na tabela a seguir encontra-se a distribuição das vítimas de acordo com a faixa-etária.

Tabela 1

Distribuição de alunos vítimas de violência doméstica (em %) em relação à faixa etária.

Faixa Etária	Porcentagem
4-5 anos	15
6-7 anos	27
8-9 anos	18
10-11 anos	17
12-13 anos	10
14-15 anos	04
Não informado	09

É importante ressaltar que 15% dos casos de violência doméstica identificados nas escolas pesquisadas são de crianças entre 4-5 anos (n=17). Tal dado merece destaque, pois, proporcionalmente, significa uma alta incidência de casos nessa faixa etária, considerando-se o fato de que nem todas as escolas têm educação infantil e, quando tem, as classes são em número reduzido e a quantidade de alunos por sala também é menor. Em um estudo realizado por Santos e Ferriani (2007), em creches e pré-escolas públicas e filantrópicas, também se constatou um índice maior de identificação: 58,1% dos monitores e 61,5% dos professores relataram ter identificado crianças que sofrem violência doméstica. Pode-se supor que as crianças pequenas, ao requererem cuidados pessoais, inclusive relacionados ao corpo, tenham uma maior

proximidade com os profissionais da escola, o que pode facilitar a percepção de indicadores que em crianças maiores seriam mais dificilmente percebidos.

Uma outra suposição plausível em relação a esses dados é a de que há uma maior fragilidade e dependência das crianças mais novas, (4-5 anos e 6-7 anos), que as colocariam em uma situação de maior submissão e vulnerabilidade frente aos agressores.

Embora solicitada no questionário, a informação quanto à cor da pele dos alunos vítimas foi omitida em 28 casos (23,5%). Mas, entre os 91 casos em que essa informação foi dada, houve uma clara predominância de alunos negros (n=44, 37%). O número de crianças brancas (n=22, 18%) foi semelhante ao de pardas (n=25, 21%). Embora haja uma alta porcentagem de alunos negros vitimizados, esses dados, entretanto, não permitem estabelecer uma relação entre cor da pele e vitimização, considerando-se a alta incidência de negros na população da cidade em que se realizou a pesquisa, bastante concentrados nas escolas públicas em que a população atendida é de baixa renda. Dados sócio-históricos e demográficos da região colocam a importância de se refletir sobre mais uma possível vitimização da população negra, cujo acesso aos bens materiais e sociais ainda encontra enormes barreiras advindas de sua condição socioeconômica e das discriminações que sofre na sociedade. Em função disso, é possível supor que o próprio olhar do professor seja, pelo menos em parte, direcionado pela cor da pele dos alunos na identificação da violência doméstica.

A especificação da violência doméstica sofrida pelos alunos abrangeu todas as quatro modalidades descritas pela literatura: violência física, psicológica, sexual e negligência. Seguiu-se aqui a classificação proposta em uma publicação do Ministério da Saúde (Brasil, 1993) e que tem sido usada em vários estudos sobre violência doméstica, como se especifica abaixo:

Violência física: “corresponde ao uso de força física no relacionamento com a criança ou o adolescente por parte de seus pais ou por quem exerce autoridade no âmbito familiar. Esta relação de força baseia-se no poder disciplinador do adulto e na desigualdade adulto-criança” (p. 11).

Violência sexual: “todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa” (pg. 13) (Azevedo e Guerra, 1988).

Violência psicológica: “evidencia-se como a interferência negativa do adulto sobre a criança e sua competência social, conformando um padrão de comportamento destrutivo” (p. 13).

Negligência: omissão da família “em prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se no comportamento dos pais ou responsáveis quando falham em alimentar, vestir adequadamente seus filhos, medicar, educar e evitar acidentes” (p.14).

No presente estudo, houve grande concentração de relatos de violência física, somando 83,2% dos casos (n=99). A violência física manifestou-se na forma de surras com mãos, com cintos e outros objetos em 61 casos, e de queimaduras em 13 casos; 11 casos foram classificados pelos respondentes como espancamento. Outras formas de violência física, como tapas no rosto, empurrões, beliscões e puxões de orelha também foram relatados, somando 14 casos.

Os casos de violência psicológica envolveram xingamentos e ameaças, inclusive ameaça à vida da criança, mas foram relatados pelos participantes em apenas 14 casos (11,8%), bastante

inferiores aos relatos de violência física. Menos frequentes ainda foram as modalidades de violência sexual, com apenas 3 casos (2,5%), e de negligência, também com 3 casos (2,5%). Considera-se que a violência sexual e a negligência podem não estar sendo notadas pelos professores, visto que, para identificá-las, é preciso que alguém relate ou que se presencie o fato, pois são violências em que não há marcas físicas.

Já em estudo realizado na cidade de Ribeirão Preto-SP, a violência psicológica e a negligência foram os tipos de violência mais identificados pelos professores (Faleiros, Matias & Bazon, 2009). Diferentemente deste, os dados do presente estudo concordam com de Vagostello e cols. (2003). Esses autores informam que os sinais sutis de vitimização passam, na maioria das vezes, despercebidos pelos profissionais da escola. Há que se considerar a dificuldade de identificação por profissionais que, em geral, não têm formação adequada para tal. Almeida e cols. (2006), com base nos resultados de seu trabalho sobre a representação social que os professores têm a respeito da violência intrafamiliar, afirmam a falta de uma discussão qualificada sobre essa violência, no âmbito da formação inicial e continuada dos professores. Afirmam, ainda, que essa falha acaba por levar a caminhos equivocados no enfrentamento dessa violência.

Nesta mesma direção, Bastos e Alcântara (2004) ressaltaram a importância de que as ações de proteção tenham uma dimensão intersetorial na conjunção de esforços capazes de aumentar o conhecimento dos professores sobre a violência doméstica, de forma a melhorar, conseqüentemente, a identificação e o relato dos casos.

Como já referido anteriormente, nem a rede municipal de ensino nem as escolas, de forma isolada, possuíam, por ocasião dessa pesquisa, qualquer iniciativa no sentido de formar e informar os profissionais da escola a respeito da identificação e do enfrentamento da violência doméstica. Tão pouco tais profissionais possuíam conhecimento sobre o ECA, no que se refere ao seu papel diante de casos de violência. Configura-se, assim, um ambiente em que não há, efetivamente, a promoção e nem mesmo a facilitação de ações que possam alterar esse cenário em direção a um maior comprometimento da escola na promoção e na defesa dos direitos de seus alunos.

Com relação aos perpetradores da violência doméstica, o pai e a mãe foram apontados como os agressores mais frequentes, em 30 (25,2%) e 26 (21,8%) casos respectivamente. Irmãos ou irmãs foram referidos como agressores em 4 (3,4%) casos e as madrastas também em 4 (3,4%) casos. Outros familiares (tia, avô e familiar não especificado) foram identificados em 3 (2,5%) casos. Tais dados corroboram o relato de Westphal (2002), de acordo com o qual os pais figuram entre os principais agressores de crianças. Note-se que, especialmente por ser um fenômeno repetitivo, faz-se imprescindível um olhar mais atento e de apoio não só à criança ou adolescente vitimizado, mas também ao familiar agressor (Azevedo e Guerra, 1995).

É importante ressaltar o elevado número de casos – 52 (44%) – em que o agressor não foi especificado pelos professores. Isso nos leva a questionar sobre os motivos que levam à omissão desses dados. Supõe-se que, mesmo que haja uma identificação de casos de violência doméstica, não se promove, na escola ou fora dela, uma investigação mais detalhada sobre os acontecimentos e, especialmente, sobre os autores da violência. E, assim sendo, a suposição óbvia é a de que, pelo menos nesses casos, a escola não se posicionou frente à violência. E, ainda, que as crianças permaneceram vivenciando a situação de violência.

Os indicadores de violência doméstica

De acordo com os participantes desta pesquisa, há uma grande variedade de sinalizadores apresentados pelos alunos que podem denotar a existência de violência doméstica e que, se observados pelos professores, auxiliam grandemente na identificação desses casos.

Os indicadores, extraídos dos relatos dos professores, somaram um total de 210 e foram agrupados em 27 categorias, dentre as quais cinco merecem destaque, por terem sido as mais citadas pelos professores, como se verifica na tabela a seguir.

Na categoria mais frequente, marcas no corpo, os profissionais citaram as seguintes marcas: manchas roxas (hematomas) no corpo, nos braços, nas pernas, nos olhos, nas costas, no rosto, na boca, no pescoço, na testa, nas mãos; rosto inchado, marcas de queimadura nos lábios, nos braços; braço engessado; escoriações; marcas de sandálias e de cintos; marcas de espancamento e arranhões.

A segunda categoria, em quantidade de citações, foi a agressividade com os colegas e professores, na qual foram especificados os seguintes comportamentos: apresenta comportamento violento com os colegas na sala de aula e nas atividades extra-classe; bate nos colegas; maltrata os colegas; fura o colega com o lápis; tenta enforçar o colega; envolve-se frequentemente em brigas; resolve tudo com violência; grita com os colegas; tem acessos de ira; age com violência com os professores.

Tabela 2
Categorias mais frequentes (em nº e %) de indicadores relatados pelos professores.

Categoria	Número	%
Marcas no corpo	82	39,0
Agressividade com os colegas e professores	31	14,8
Tristeza/ choro/ depressão	12	5,7
Isolamento/ retraimento	11	5,2

As três categorias seguintes praticamente não apresentaram diferenças quanto à frequência com que foram citadas (13, 12 e 11 citações, respectivamente). Na categoria mudança de comportamento, foram colocados os seguintes relatos: muda bruscamente o comportamento; apresenta alternâncias entre comportamento agitado e introspectivo, entre comunicativo e calado, entre agressividade e carência afetiva.

Os comportamentos descritos na categoria tristeza/ choro/ depressão foram: tem um olhar triste, distante, cabisbaixo; chora constantemente; fica depressivo; apresenta lágrimas no olhar.

Isolamento e retraimento, a quinta das categorias mais citadas, incluiu os seguintes comportamentos: tem um relacionamento frio e distante com os colegas; não conversa, não brinca com os colegas; apresenta muita timidez, introversão ou introspecção; fica calado, se retrai e fica pelos cantos; distancia-se da turma. As outras 22 categorias foram muito pouco referidas, como se pode ver na Tabela 3.

Optamos por apresentar todas as categorias, mesmo com uma frequência muito baixa de referências pelos professores, porque, embora quantitativamente menores, podem ter uma importância fundamental para a detecção quando a violência não deixa marcas tão facilmente perceptíveis. Para utilizar esses indicadores é importante levar em conta o fato de que alguns

deles precisam de uma atenção acurada do profissional, além de aproximação e bom entrosamento com o aluno para que possam ser percebidos como sinais de possíveis casos de violência doméstica.

Em estudo realizado com 110 crianças, algumas delas vítimas de maus-tratos, Armenta, Sing e Osorio (2008) concluíram que a condição de vitimação tem um efeito significativo na conduta dessas crianças. Os comportamentos relatados pelos educadores, como: ausência frequente, baixo rendimento, falta de atenção e de concentração, apatia e choro devem chamar a atenção dos professores, diretores, coordenadores, enfim, de todos os profissionais que trabalham na escola (Armenta, Sing & Osorio, 2008).

Tabela 3

Categorias de indicadores, comportamentos, número e porcentagem de citações.

Categoria	Comportamentos relatados	N (%)
Relato da vítima	Relata a violência a um profissional da escola.	5 (2,4)
Distração/desatenção/ desinteresse	Comportamento ausente na aula; está sempre desatento ao que acontece na sala de aula; não se interessa pelas atividades propostas	5 (2,4)
Baixo rendimento escolar	Apresenta desempenho inferior ao da turma	4 (1,9)
Timidez/ introversão	Apresenta timidez e introversão; envergonha-se diante da professora e dos colegas.	4 (1,9)
Baixa auto-estima	Não se valoriza; deprecia-se	4 (1,9)
Relato de familiares	Relato da avó; da mãe; dos irmãos sobre a violência	4 (1,9)
Vocabulário obsceno; descontrole verbal	Utiliza palavras obscenas e vulgares ao conversar com os colegas; agredir verbalmente os professores.	4 (1,9)
Dificuldade de aprendizagem	Dificuldade em aprender, repetência, falta de motivação para estudar.	3 (1,4)
Comportamento de medo	Demonstra muito medo quando o professor se refere a um familiar; medo dos pais serem chamados à escola.	3 (1,4)
Falta às aulas	Ausenta-se da escola, começa a faltar	3 (1,4)
Relato de outros	Relato da vizinha; relato de outro professor; relato dos colegas	3 (1,4)
Carência afetiva	Mostra necessitar de afeto, de atenção	3 (1,4)
Rejeição à família ou a membro da família	Não gosta de falar sobre a família; recusa-se a fazer presente para o dia dos pais; prefere familiar não agressor	3 (1,4)
Indisciplina	Apresenta indisciplina.	2 (1,0)
Comportamento destoante	Comporta-se de formas que destoam do comum	2 (1,0)
Necessidade de chamar atenção	Comporta-se nas brincadeiras de forma a chamar a atenção dos colegas; da professor	2 (1,0)
Apatia	Apatia nas atividades de leitura e escrita	2 (1,0)
Agitação	Comportamento arredio e inquieto	1 (0,5)
Rejeição à afetividade	Rejeita abraços e toques	1 (0,5)
Falta de apetite	Recusa-se a comer, come pouco	1 (0,5)
Negligência	Apresenta sinais de mal cuidado	1 (0,5)
Ocultação de marcas	Tenta esconder marcas no corpo	1 (0,5)

Na presente pesquisa, do total de professores, apenas 38% informaram ter suspeitado de ou identificado casos de violência doméstica envolvendo seus alunos. Se relacionarmos esse dado com o obtido por Inoue e Ristum (2008), na mesma cidade em que se realizou essa pesquisa,

poderemos supor uma falta de atenção ou de sensibilização dos profissionais da escola para com esse tipo de violência. No trabalho de Inoue e Ristum (2008), as autoras apontam a baixíssima participação da escola (0,87% dos casos) no total de casos denunciados de violência sexual sofridas por crianças e adolescentes; além disso, quando houve a participação da escola, os indicadores apresentados eram bastante evidentes, como marcas físicas ou relato das vítimas, sugerindo que os sinais mais sutis não foram identificados pela escola.

No presente trabalho, a destacada predominância de indicadores físicos utilizados pelos professores parece confirmar essa suposição, a qual pode ser ainda mais fortalecida se juntarmos os dados referentes à alta predominância de casos de violência física relatados pelos professores (83%). Os resultados obtidos por Vagostello e cols. (2003) também apontam nessa direção de que os indícios, para serem percebidos, precisam ser evidentes. Em uma pesquisa realizada em escolas públicas de ensino fundamental, professores e diretores apontaram como o principal indicador utilizado na identificação de violência doméstica o relato do próprio aluno. Em seguida, vem a presença de marcas corporais, a alteração de comportamento, as faltas escolares e, por último, o relato da família (Vagostello e cols., 2003).

É interessante ressaltar alguns distanciamentos e aproximações entre o presente trabalho e o de Vagostello e cols. (2003) quanto aos indicadores. No âmbito das aproximações, podemos citar as marcas corporais e as alterações de comportamento, bastante significativas nos dois trabalhos. Já o relato do próprio aluno vítima de violência doméstica, que figura como o principal indicador no trabalho de Vagostello e cols., não está entre os principais indicadores encontrados em nossa pesquisa (referido em apenas 2,4% dos casos). Essa mesma divergência se verifica em relação ao trabalho de Pereira e Williams com professoras e diretoras de escolas municipais e estaduais, para as quais o relato do aluno foi o principal meio de identificação da ocorrência de violência doméstica. Ressalta-se, entretanto, uma convergência com os resultados de Brino e Williams (2003) sobre violência sexual. Tais diferenças e aproximações sugerem a necessidade de estudos que possam esclarecer possíveis relações entre esse indicador (relato do próprio aluno) e fatores presentes na escola (por ex., abertura e apoio dos professores, esclarecimento dos alunos sobre o tema e sobre seus direitos etc.).

Consideramos que ainda são poucos os dados que a literatura dispõe sobre a relação entre violência doméstica e a atuação da escola, mas já se pode visualizar que os resultados das pesquisas apontam fortemente para a necessidade de uma formação dos profissionais da escola para o enfrentamento da violência (Brino & Williams, 2003; Almeida & cols., 2006; Ristum, 2010). Segundo afirmação de Ristum (2010), faz-se necessária a conscientização e a sensibilização dos profissionais da escola para a gravidade da violência doméstica, de modo que isso possa conduzir ao desenvolvimento de estratégias de redução e de prevenção dessa violência. As ações da escola, segundo sugerem esses dados e os da pesquisa mais ampla, devem se pautar na afirmação da escola como uma instituição socializadora no sentido de promoção, não só do conhecimento, mas também dos direitos das crianças e adolescentes que são mal tratados no ambiente familiar. Para isso, as ações devem ser direcionadas para a constituição de um vínculo de confiança e de apoio efetivo às crianças, o que requer uma melhor formação inicial e continuada dos profissionais de educação sobre o fenômeno da violência, sobre as características da população atendida pela escola, sobre as leis promotoras de direitos da criança e adolescente e sobre seus deveres profissionais.

Finaliza-se reafirmando que a escola, por seu contato diário e prolongado com crianças e adolescentes, e por se constituir um importante ambiente de socialização, deve se firmar fortemente como espaço privilegiado de identificação da violência sofrida por seus alunos.

Referências

- Almeida, S. F. C., Santos, M. C. A. B. & Rossi, T. M. F. (2006). Representações Sociais de professores do ensino fundamental sobre violência intrafamiliar. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22 (3), 277-286.
- Armenta, M. F., Sing, B. F. & Osorio, N. C. (2008). Problemas de conducta em niños vítimas de violencia familiar: reporte de profesores. *Estudios de Psicologia*, Natal, 13 (1), 3-11.
- Azevedo, M. A. & Guerra, V. N. A. (1989). *Violência Doméstica contra crianças e adolescentes*. São Paulo: Cultrix.
- Azevedo, M. A. & Guerra, V. N. A. (2006). Guia Prático para Identificar o Fenômeno. Módulo Instrucional do Telecurso de Especialização em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes - LACRI - Laboratório de Estudos sobre a Criança, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Bastos, A. C. S. & Alcântara, M. A. R. (2004). Atenção Psicossocial a Crianças e Adolescentes Sujeitos à Violência Intrafamiliar. Em C. A. Lima (Org.) *Violência Faz Mal à Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil (1993). *Violência Contra a Criança e o Adolescente. Proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica*. Ministério da Saúde. Brasília, DF.
- Brasil (2005). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério da Educação e Assessoria de Comunicação Social. Brasília, DF.
- Brino, R. de F. & Williams, L. C. A. (2003). Concepções das Professoras Acerca do Abuso Sexual Infantil. *Cadernos de Pesquisa*, 119, 113-128.
- Carmo, C. J. & Harada, M. J. C. S. (2006). Violência física como prática educativa. *Rev. Latino-Am. Enfermagem [online]*, 14 (6), 849-856.
- Debarbieux, E. (2001). A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto (1967-1997). *Educação e Pesquisa*, 27 (1), 163-193.
- Delfino, V; Biasoli-Alves, Z. M. M.; Sagim, M. B. & Venturini, F. P. (2005). A identificação da violência doméstica e da negligência por pais de camada média e popular . *Texto contexto - enferm. [online]*, 14 (spe), 38-46.
- Emery, R. E. & Laumann-Billings, L. (1998). An Overview of The Nature, Causes and Consequences of Abusive Family Relationships. *American Psychologist*, 53 (2), 121-135.
- Faleiros, J. M., Matias, A. da S. A. & Bazon, M. R. (2009). Violência contra crianças na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil: a prevalência dos maus-tratos calculada com base em informações do setor educacional. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 25 (2), 337-348.
- Inoue, S. R. V. & Ristum, M. (2006). Escola e Violência Sexual: Um Levantamento dos Casos de Violência Sexual Revelados na escola e Atendidos pelo Projeto Viver. Em Cohim, D. & Silva, G.

(Orgs.) *A Violência Sexual: Discursos e Práticas*. Salvador: Corrupio. 163-194.

Inoue, S. R. V. & Ristum, M. (2008). *Violência Sexual: caracterização dos casos revelados na escola*. *Estudos de Psicologia*, 25, 11-21.

Marques, M. A. B.; Assis, S. G.; Deslandes, S. F.; Franco, D. C. F.; Paiva, C. M. de P.; Azevedo, M. A.; Guerra, V. N. de A. & Barison, M. S. (1994). *Violência doméstica contra crianças e adolescentes*. Petrópolis: Vozes.

Minayo, M. C. S. (1997). *Violência, Direitos Humanos e Saúde*. Em A. M. Canesqui (Org.) *Ciências Sociais e Saúde*. São Paulo: Hucitec/Abrasco.

Monteiro, M. da C. N.; Cabral, M. A. A. & Jodelet, D. (1999). *As representações sociais da violência doméstica: uma abordagem preventiva*. *Ciência & Saúde Coletiva*, ABRASCO, 4 (1), 161-170.

Souza, L. M. (2009). *Lar doce lar? Um estudo de violência doméstica fatal contra crianças*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA.

Pereira, P. C. e Williams, L. C. A. (2008). *A concepção de educadores sobre violência doméstica e desempenho escolar*. *Psicologia Escolar e Educacional*, 12, (1), 139-152.

Ristum, M. (2001). *O Conceito de Violência de Professoras do Ensino Fundamental*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Salvador - BA.

Ristum, M. & Vasconcelos, T. A. N. (2007). *Violência Doméstica Intra/Extra Familiar: o conhecimento dos profissionais da escola sobre o ECA [Resumo]*. V Congresso Norte/Nordeste de Psicologia. Maceió - AL.

Ristum, M. (2010). *A violência doméstica contra crianças e as implicações da escola*. *Temas em Psicologia*, 18 (1), 237-247.

Ristum, M. & Bastos, A. C. B. (2004). *Violência Urbana: uma análise dos conceitos de professores do ensino fundamental*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9 (1), 225-239.

Santos, L. E. S. & Ferriani, M. G. C. (2007). *A violência familiar no mundo da criança de creche e pré-escola*. *Rev. Bras. Enferm.*, Brasília, 60 (5), 524-529.

Vagostello, L. (2003). *Violência Doméstica e Escola: um estudo em escolas públicas de São Paulo*. *Paidéia*, 13, (26), 191-196.

Vagostello, L. (2006). *Práticas de Escolas Públicas e Privadas Diante da Violência Doméstica em São Paulo*. *PSIC*, 7 (1), 87-94.

Westphal, M. F. (2002). *Violência e Criança*. EDUSP, São Paulo.

Williams, L. C. A. (2004). *Abuso Sexual Infantil*. Laboratório de Análise e Prevenção da Violência da Universidade Federal de São Carlos-LAPREV. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/~cech/laprev/abuso.pdf>>. Acesso em 1 nov. 2004.

Como Citar:

APA

Ristum, M. (2014). As marcas da violência doméstica e a identificação por professores do ensino fundamental. *Revista Brasileira de Psicologia*, 01(01), 13–26.

ABNT

RISTUM, Marilena. As marcas da violência doméstica e a identificação por professores do ensino fundamental. *Revista Brasileira de Psicologia*, v. 01, n. 01, p. 13–26, 2014.
